

Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui um montante R\$854.033 mil de intangível decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs S.A., ocorrida em 30 de junho de 2022 através de sua controlada Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. A Companhia registrou em 2023 o montante total de R\$52.031 mil referente à amortização do intangível, o qual inclui a parcela de R\$19.016 mil, correspondente à amortização que deveria ter sido reconhecida em 2022. Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na Controladora e no Consolidado está registrado a maior no montante de R\$19.016 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	787	4.278	91.860	87.087	Fornecedores	19	86	6	10.938	16.360
Depósitos vinculados a debêntures	9	-	-	22.435	25.572						
Contas a receber	10	-	-	29.515	35.606	Debêntures	20	-	418.219	393.531	535.143
Estoque	11	-	-	2.767	637	Partes relacionadas	22	-	-	37.448	20.909
Tributos a recuperar	12	486	342	5.279	5.913	Tributos e obrigações trabalhistas	21	25	2	6.811	8.811
Despesas antecipadas	13	-	-	3.561	3.591	Provisão garantia física e penalidade lastro energia	23	-	-	43.643	38.635
Partes relacionadas	22	176	-	334	-	Arrendamento		-	-	-	300
Outras contas a receber	14	-	85	2.821	2.206	Outras contas a pagar		-	-	969	-
Total do ativo circulante		1.449	4.705	158.572	160.612	Total do passivo circulante		111	418.227	493.340	620.158
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	12	-	-	1.191	1.166	Debêntures	20	-	-	469.471	912.844
Depósitos judiciais		-	-	-	249	Provisão para riscos	24	-	-	10.328	9.595
Despesas antecipadas	13	-	-	1.741	2.018	Outras contas a pagar		-	-	316	946
Ativos financeiros	15	-	-	20.735	20.044	Total do passivo não circulante		-	-	480.115	923.385
Outras contas a receber	14	-	-	10.328	9.983						
		-	-	33.995	33.460	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social subscrito	25	887.123	1.059.990	887.123	1.059.990
Investimentos	16	214.388	276.339	-	-	Capital social a integralizar		(543.696)	(1.040.553)	(543.696)	(1.040.553)
Ativo de direito de uso		-	-	-	237	Prejuízos acumulados		(127.701)	(156.620)	(127.701)	(156.620)
Imobilizado	17	-	-	639.043	658.956	Total atribuído aos acionistas da controladora		215.726	(137.183)	215.726	(137.183)
Intangível	18	-	-	450.232	621.849	Participação de não controladores		-	-	92.660	68.754
Total do ativo não circulante		214.388	276.339	1.123.270	1.314.502	Total do patrimônio líquido		215.726	(137.183)	308.386	(68.429)
TOTAL DO ATIVO		215.837	281.044	1.281.842	1.475.114	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		215.837	281.044	1.281.842	1.475.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	26	-	-	332.275	326.479
Custo de venda de energia elétrica	27	-	-	(117.485)	(110.182)
Lucro bruto		-	-	214.790	216.297
Despesas gerais e administrativas	28	(374)	(188)	(37.601)	(65.639)
Resultado com participações societárias	16	45.634	(49.939)	55.922	-
Lucro (prejuízo) operacional		45.260	(50.127)	233.111	150.658
Receitas financeiras	29	461	1.199	13.412	15.699
Despesas financeiras	29	(16.802)	(61.741)	(148.870)	(230.736)
Resultado financeiro		(16.341)	(60.542)	(135.458)	(215.037)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		28.919	(110.669)	97.653	(64.379)
Imposto de renda e contribuição social	30	-	-	(13.241)	(13.105)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		28.919	(110.669)	84.412	(77.484)
Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$				0	(0)
Lucro (prejuízo) atribuível a					
Proprietários da companhia				28.919	(110.669)
Participação de não controladores				55.493	33.185
				84.412	(77.484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	28.919	(110.669)	84.412	(77.484)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<u>28.919</u>	<u>(110.669)</u>	<u>84.412</u>	<u>(77.484)</u>
Proprietários da companhia			28.919	(110.669)
Participação de não controladores			<u>55.493</u>	<u>33.185</u>
			<u>84.412</u>	<u>(77.484)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social integralizado	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.060.000	(1.059.500)	(45.951)	(45.451)	47.508	2.057
Lucro (prejuízo do exercício)	-	-	(110.669)	(110.669)	33.185	(77.484)
Cisão parcial	(10)	-	-	(10)	-	(10)
Integralização de capital	-	18.947	-	18.947	-	18.947
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(11.939)	(11.939)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>1.059.990</u>	<u>(1.040.553)</u>	<u>(156.620)</u>	<u>(137.183)</u>	<u>68.754</u>	<u>(68.429)</u>
Lucro do exercício	-	-	28.919	28.919	55.494	84.413
Redução de capital	(172.857)	172.857	-	-	-	-
Cisão parcial	(10)	-	-	(10)	-	(10)
Integralização de capital	-	324.000	-	324.000	-	324.000
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(31.588)	(31.588)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>887.123</u>	<u>(543.696)</u>	<u>(127.701)</u>	<u>215.726</u>	<u>92.660</u>	<u>308.386</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		28.919	(110.669)	97.653	(64.379)
Ajustes de receitas e despesas:					
Depreciação e amortização	17 e 18	-	-	62.541	89.876
Baixa de ativo imobilizado		-	-	1.045	-
Resultado com participações societárias	16	(45.634)	49.939	(55.922)	-
Amortização de ativo de direito de uso		-	-	216	357
Atualização ativo financeiro		-	-	(969)	(897)
Provisão para riscos		-	-	(613)	22
Juros, variações monetárias - debêntures	20	15.257	61.147	136.076	230.873
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	-	4	26
Provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia		-	-	5.008	(3.255)
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	10	-	-	6.091	(3.065)
Estoque		-	-	(100)	-
Tributos a recuperar		(144)	(227)	609	2.524
Partes relacionadas	22	(176)	32	24.140	8.059
Outras contas a receber		85	111	(960)	(741)
Despesas antecipadas	13	-	-	307	(2.867)
Depósitos judiciais		-	-	249	(76)
Ativo financeiro		-	-	278	-
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	19	80	(30)	(5.420)	4.678
Outras contas a pagar		-	-	381	184
Provisão para riscos		-	-	1.346	934
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		23	(4)	833	(144)
Caixa gerado (aplicado nas) proveniente das operações		(1.590)	299	272.792	262.109
Juros pagos de debêntures	20	(44.916)	(17.170)	(173.283)	(188.234)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(16.074)	(10.028)
Caixa líquido gerado proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(46.507)	(16.871)	83.435	63.847
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em controladas	16	-	(53.169)	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	17 e 18	-	-	(4.611)	(8.508)
Cisão parcial	1.1	-	-	(24.472)	(15.259)
Ajuste preço de aquisição	16	-	-	-	(4.163)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(53.169)	(29.083)	(27.930)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de debêntures	20	107.523	472.700	210.801	569.000
Custo de captação debêntures	20	1.493	(3.785)	7.670	(3.785)
Pagamento de debêntures	20	(390.000)	(416.133)	(555.340)	(567.366)
Depósitos vinculados a debêntures		-	-	3.137	(15.582)
Partes relacionadas - pagamento de dividendos	22	-	-	(39.522)	(15.418)
Integralização de capital	25	324.000	18.947	324.000	18.947
Pagamento de arrendamento mercantil		-	-	(325)	(752)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		43.016	71.729	(49.580)	(14.956)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(3.491)	1.689	4.773	20.961
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.278	10.279	87.087	94.816
Efeito da cisão parcial sobre de caixa	1.1	-	(7.690)	-	(28.690)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		787	4.278	91.860	87.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., ("Companhia" ou "Controladora") com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista e é controlada direta do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP IV").

A Companhia possui 100% de participação na empresa Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("IBH XVII"), empresa que em 30 de junho de 2022, juntamente com a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. – empresa controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER") - concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Companhia Essentia PCHs S.A. A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Empresa	31/12/2024	31/12/2023	Tipo de geração
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	Hidrelétrica

1.1 Principais movimentações do exercício de 2024

(a) Emissão de Debêntures

A Companhia realizou em 08 de março de 2024 a sua 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 27 de junho de 2024, montante total de R\$107.523. (“Debêntures Privadas IBH XVI”). De forma similar, sua controlada IBH XVII realizou, na mesma data, a sua 3ª (terceira) emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento em 29 de junho de 2025, no montante total de R\$103.278 (“Debêntures Privadas IBH XVII”). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 20.

(b) Reorganização Societária - Cisão Parcial

A Companhia e sua controlada IBH XVII passaram por um processo de otimização da estrutura societária, que se iniciou em 2023 e foi finalizado em 2024.

Em 2023 ocorreu a primeira reorganização societária, em que ao final da transação, a IBH XVII passou a deter 68% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 84%), e a IBH XIX passou a deter 32% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 16%).

Em 2024 ocorreu a segunda reorganização societária, de modo que ao final de todos os passos, a IBH XVII passou a deter 51% da Essentia PCHs (anteriormente 68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs (anteriormente 32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Desta forma, o PIER - acionista indireto e detentor de 100% da IBH XIX - ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o FIP IV – acionista indireto e detentor de 100% da IBH XVII – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. Dentre os passos da reorganização, houve a captação de debêntures privadas pela IBH XVI e IBH XVII, sendo os recursos primordialmente utilizados para reduzir o saldo devedor das dívidas existentes nestas companhias e, ao final, essas debêntures privadas foram convertidas em capital pelo PIER, mediante a transferência de 17% das ações da Essentia PCHs. Abaixo, alguns detalhes adicionais da operação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, a Companhia aprovou, por unanimidade, o protocolo de cisão parcial de ativos da IBH XVII, de modo que a IBH XVII permaneceu com 51% de participação na Essentia PCHs, e os outros 17% de participação passaram a fazer parte da Infraestrutura Brasil Holding XVII-A S.A (“IBH XVII-A”), empresa também controlada pela Companhia e que incorporou a parcela cindida da IBH XVII. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da IBH XVII.

As Debêntures Privadas da IBH XVII, as quais passaram para a IBH XVII-A durante o processo de cisão e incorporação, contavam com o PIER como debenturista. Desta forma, o PIER em seguida realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVII-A.

Da mesma forma, a Companhia também passou por um processo de cisão parcial, no qual, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, o protocolo de cisão parcial de ativos da Companhia (“Cisão”), de modo que a Infraestrutura Brasil Holding XVI-A S.A (“IBH XVI-A”), empresa também controlada pelo FIP IV, incorporou a parcela cindida da IBH XVI. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da Companhia.

Como consequência dessa cisão parcial, ocorreu a redução de capital social da Companhia em R\$ 10, correspondendo à proporção do acervo líquido cindido, sem o cancelamento de ações.

O acervo líquido cindido na data da efetivação da cisão em 12 de março de 2024 está composto abaixo:

Ativo	12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024
		Circulante	
		Debêntures privadas	107.575
			107.575
Não circulante		Patrimônio líquido	
Investimentos	107.585	Capital social	10
	107.585		10
Total do Ativo	107.585	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	107.585

Em seguida o PIER realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVI-A. Nesse mesmo movimento, o PIER realizou a conversão de sua participação na IBH XVII-A em investimento na IBH XVI-A, de modo que ao final deste processo, a IBH XVI-A voltou a ser controladora de 100% da IBH XVII-A. Ao final desse processo, o PIER detinha 99,99% da IBH XVI-A e o FIP IV detinha 0,01%, sendo a IBH XVI-A detentora de 100% da IBH XVII-A, e esta última, por sua vez, detentora de 17% da Essentia PCHs.

Por fim, (i) o FIP IV resgatou seus 0,01% de participação na IBH XVI-A, e o PIER se tornou controlador 100% desta empresa; (ii) ocorreu a consolidação da estrutura de investimentos do PIER, por meio da incorporação da IBH XVI-A por sua controlada direta Infraestrutura Brasil Holding XVIII ("IBH XVIII") e da incorporação da IBH XVII-A por sua controlada indireta Infraestrutura Brasil Holding XIX ("IBH XIX"); (iii) a IBH XVII permaneceu como controladora de 51% da Essentia PCHs, e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs.

1.2 Situação financeira

A controladora apresenta capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.338 (negativo em R\$ 413.522 em 31 de dezembro de 2023). No balanço patrimonial consolidado, apresenta capital circulante negativo de R\$ 334.769 (R\$ 459.546 em 31 de dezembro de 2023) que decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo circulante	1.449	4.705	158.572	160.612
Total do passivo circulante	111	418.227	493.340	620.158
Capital circulante líquido positivo (negativo)	1.338	(413.522)	(334.769)	(459.546)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia e suas controladas, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas abertas com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa reforçar o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento.

O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1 Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

2.5 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Controlada direta

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., com sede e foro na cidade e estado de São Paulo foi constituída em 7 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. Possui 51% de participação na empresa Essentia PCHs S.A. (68% em 31 de dezembro de 2023).

Controladas indiretas

Essentia PCHs S.A.

A Essentia PCHs S.A. com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa no 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa no 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes G")

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluentes G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”) de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

2.6 Transações com participações de não controladores

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais e critérios de consolidação estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4 GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário (“DI”) e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA (os percentuais dos indexadores foram obtidos através do boletim FOCUS).

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% % (Cenário II) e 50% (Cenário III).

			Controladora				
			31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	CDI	787	115	86	144	58	173
			Consolidado				
			31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	91.860	13.457	10.093	16.822	6.729	20.186
Títulos e valores mobiliários	CDI	22.435	1.113	835	1.391	556	1.669
Debêntures	CDI	(797.307)	(116.805)	(87.604)	(146.007)	(58.403)	(175.208)
Debêntures	IPCA	(82.546)	(4.094)	(3.071)	(5.118)	(2.047)	(6.141)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na controladora de R\$ 787 (R\$ 4.278 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado de R\$ 114.295 (R\$ 112.659 em 31 de dezembro de 2023) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora					Total Geral
	Vencimentos					
	Nota	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	19	86	-	-	-	86
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	19	6	-	-	-	6
Debêntures	20	438.968	-	-	-	438.968

	Vencimentos					Total Geral
	Nota	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	19	10.938	-	-	-	10.938
Debêntures	20	488.153	357.809	317.392	-	1.163.354
Partes relacionadas	22	37.448	-	-	-	37.448
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	43.643	-	-	-	43.643
Outras contas a pagar		969	316	-	-	1.285
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	19	16.360	-	-	-	16.360
Debêntures	20	644.426	717.753	299.092	152.824	1.814.095
Partes relacionadas	22	20.909	-	-	-	20.909
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	38.635	-	-	-	38.635
Passivo de arrendamento		300	-	-	-	300
Outras contas a pagar		-	946	-	-	946

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures	20	-	418.219	863.002	1.447.987
(-) caixa e equivalente de caixa	8	(787)	(4.278)	(91.860)	(87.087)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	9	-	-	(22.435)	(25.572)
Dívida líquida		(787)	413.941	748.708	1.335.328
Total do patrimônio líquido	25	215.726	(137.183)	308.386	(68.429)
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		214.939	276.758	1.057.094	1.266.899
Índice de alavancagem financeira - %		0%	150%	71%	105%

Os detalhes sobre as cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) das controladas indiretas estão detalhadas na nota explicativa 20.

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas da Companhia participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, às usinas da Companhia participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação às usinas da Companhia, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua garantia física a elas atribuídas o que pode ocasionar a redução de suas garantias físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia do Grupo no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que o Grupo terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
3. Criação de comitê de risco para gestão de energia, monitoramento das condições do GSF e da geração das usinas, para realização de balanço energético e se buscar fazer a administração dos contratos de Energia da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4 Ativo mensurado ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	8	787	4.278	91.860	87.087
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	22.435	25.572
Contas a receber	10	-	-	29.515	35.606
Ativos financeiros	15	-	-	20.735	20.044
Partes relacionadas	22	176	-	334	-
Outras contas a receber	14	-	85	13.149	12.189
Ao custo amortizado		963	4.363	178.028	180.498

Passivos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	20	-	418.219	863.002	1.447.987
Partes relacionadas	22	-	-	37.448	20.909
Fornecedores	19	86	6	10.938	16.360
Provisão Liminar garantia Física, GSF e penalidade de lastro de energia	23	-	-	43.643	38.635
Passivo de Arrendamento		-	-	-	300
Outras contas a pagar		-	-	1.285	946
Ao custo amortizado		86	418.225	956.317	1.525.137

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. A Companhia possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia.

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

7 ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo não circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixas	Acordos de Financiamentos de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade	01.01.2025
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01.01.2027

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recursos em banco e em caixa	-	15	53	1.056
Recursos em aplicações financeiras	787	4.263	91.807	86.031
	787	4.278	91.860	87.087

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez diária, remunerados por taxa média de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% em 31 de dezembro de 2023).

9 DEPÓSITOS VINCULADOS A DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado referente aos depósitos vinculados às debêntures era de R\$22.435, compreendendo o montante das controladas indiretas Santa Cruz R\$ 4.505 e da Essentia PCHs R\$ 17.930. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado era de R\$ 25.572, alocado na controlada indireta Essentia PCHs.

10 CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração não julgou necessário o reconhecimento de PECLD e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de contas a receber é de R\$ 29.515 (R\$ 35.606 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	29.056	34.482
Vencidos de 1 a 30 dias	309	800
Vencidos de 31 a 90 dias	151	280
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	-	44
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	29.515	35.606

11 ESTOQUE

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque para o uso na manutenção das usinas, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo de estoques é, respectivamente, R\$ 2.767 e R\$ 637.

12 TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte ("IRRF") e imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CSLL").

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
IRRF	91	241	4.410	4.681
COFINS e PIS a recuperar	-	-	80	150
IRPJ e CSLL	395	101	575	900
Outros (i)	-	-	214	182
	486	342	5.279	5.913
Não Circulante				
IRPJ e CSLL	-	-	1.191	1.166
	-	-	1.191	1.166
	486	342	6.470	7.079

(i) O saldo refere-se substancialmente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL retidos na fonte.

13 DESPESAS ANTECIPADAS

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear e das licenças ambientais, assim como, da repactuação do risco hidrológica para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Repactuação do risco hidrológico (i)	276	276
Seguros	3.285	3.199
Licença ambiental	-	116
	3.561	3.591
Não circulante		
Repactuação do risco hidrológico (i)	1.741	2.018
	1.741	2.018
	5.302	5.609

- (i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas.

14 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Adiantamento a funcionários	-	-	23	78
Adiantamento a fornecedores	-	85	53	569
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	-	889	889
Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR (i)	-	-	1.299	578
Outros	-	-	557	92
	-	85	2.821	2.206
Não circulante				
Neoenergia S.A. (ii)	-	-	10.328	9.595
Outros	-	-	-	388
	-	-	10.328	9.983
Total	-	85	13.149	12.189

- (i) Pagamento a maior das quotas de RGR no ciclo de julho/2023 a junho/2024 que será parcialmente compensado e devolvido no ciclo de julho/2024 a junho/2025.
- (ii) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos a gestão da Neoenergia S.A.

15 ATIVOS FINANCEIROS

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica, celebrado entre a controlada indireta Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela Aneel através da Resolução Normativa nº 167 de 10 de outubro de 2005, com reajustes efetuados anualmente.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração da Afluente G, entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um ativo intangível (vide nota explicativa nº 18) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

O saldo referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$ 20.735 (R\$20.044 em 31 de dezembro de 2023).

16 INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Movimentação do investimento

	IBH XVII	IBH XVII-A (ii)	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	
Em 01 de janeiro de 2023	348.315	-	348.315
Aumento de capital	53.169	-	53.169
Equivalência patrimonial	(49.939)	-	(49.939)
Cisão parcial	(75.206)	-	(75.206)
31 de dezembro de 2023	276.339	-	276.339
Participação acionária	100%	100%	Total do investimento
Em 01 de janeiro de 2024	276.339	-	276.339
Equivalência patrimonial	(10.288)	55.922	45.634
Cisão parcial (i)	(51.663)	(55.922)	(107.585)
31 de dezembro de 2024	214.388	-	214.388

- (i) Cisão parcial realizada em 12 de março de 2024, conforme NE 1.1.
- (ii) A IBH XVII-A foi constituída em 31 janeiro de 2024 como parte do processo de reorganização societária, conforme descrito na NE 1.1. Em 12 de março de 2024, ocorreu a cisão da IBH 17, transferindo parte de seu patrimônio para a IBH XVII-A, que era integralmente controlada pela Companhia. Em seguida, o PIER integralizou debêntures privadas na IBH XVII-A, resultando na emissão de 22.768 novas ações, no valor total de R\$ 103.334, tornando-se um dos acionistas. Como a Companhia não emitiu novas ações, houve uma diluição da participação do PIER no montante de R\$ 55.922.

Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada direta e das controladas indiretas:

Controlada direta:

IBH XVII	31/12/2024	31/12/2023
Balanco Patrimonial resumido		
Participação acionária	100%	100%
Ativo circulante	59.665	47.814
Ativo não circulante	439.146	611.584
Passivo circulante	284.423	28.708
Passivo não circulante	-	354.351
Patrimônio líquido	214.388	276.339
Demonstração de resultado resumida		
Prejuízo do exercício	(10.288)	(49.939)

Controladas indiretas:

Em 31 de dezembro de 2024	Essentia PCHs	Galheiros	Santa Cruz	Afluente G	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I
Balanco Patrimonial resumido							
Participação acionária (Indireta)	51%	51%	51%	51%	51%	40,71%	51%
Ativo circulante	119.454	9.591	27.213	12.364	25.855	11.870	16.005
Ativo não circulante	562.678	72.623	130.140	40.129	238.181	181.194	170.880
Passivo circulante	131.071	3.278	79.133	14.962	12.252	75.670	14.648
Passivo não circulante	419.966	-	78.492	7.414	4.958	21.993	361
Patrimônio líquido	131.095	78.936	(272)	30.116	246.825	95.401	171.875
Em 31 de dezembro de 2023							
Balanco Patrimonial resumido							
Participação acionária (Indireta)	68,2%	68,2%	68,2%	68,2%	68,2%	48%	68,2%
Ativo circulante	128.387	4.439	20.287	11.190	16.553	11.523	12.183
Ativo não circulante	581.542	76.965	138.022	42.335	249.105	188.564	178.149
Passivo circulante	86.147	3.809	71.564	17.841	12.995	60.092	17.925
Passivo não circulante	500.073	-	103.552	6.271	4.631	41.949	198
Patrimônio líquido	123.709	77.595	(16.807)	29.413	248.032	98.046	172.209
Demonstração de resultado resumida							
Receita líquida de vendas	-	17.341	56.826	52.967	64.677	62.291	72.376
Lucro bruto	-	7.824	39.263	34.274	33.448	41.107	53.595
Lucro líquido	92.984	7.740	22.331	33.473	31.396	28.877	51.984

16.1 Transações com não controladores

A controlada indireta da Companhia, Essentia PCHs, possui minoritários na proporção de 32% até fevereiro de 2024 e 49% de março de 2024 até dezembro de 2024 e o resultado atribuído a eles foi de R\$ 46.852 (R\$ 23.167 em 31 de dezembro de 2023).

A controlada indireta da Companhia, a Rio PCHs S.A. possui minoritários na proporção de 30% e o resultado atribuído a eles em dezembro de 2024 é de R\$ 8.641 (R\$ 8.664 em 31 de dezembro de 2023).

17 IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

(a) Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente os indicativos de desvalorização de seus ativos, a fim de identificar a necessidade de realização do teste de valor recuperável conforme determina a norma contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício de 2024, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto incluíram: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) período de concessão/autorização; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. A taxa de desconto utilizada pela Companhia reflete o risco relativo ao investimento, bem como o valor temporal do dinheiro no tempo, baseada no custo médio ponderado de capital que consiste na ponderação do retorno exigido sobre capital de terceiros e capital próprio em proporção aos seus percentuais estimados em uma estrutura de capital esperada, a taxa de desconto calculada foi de aproximadamente 11%. Como resultado dos testes realizados, não houve necessidade de provisão para recuperação dos ativos em 31 de dezembro de 2024. No exercício de 2023 também não houve necessidade da referida provisão.

	Consolidado						
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Provisão de desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2023	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	670.478
Adição	6.668	-	-	51	-	100	6.819
Depreciação	-	-	(4.032)	(13.639)	-	(3.569)	(21.240)
Transferência	3.838	-	(109)	852	(1.812)	130	2.899
Saldo contábil líquido	10.882	28.883	285.005	245.631	-	88.555	658.956
Custo	10.882	28.883	391.693	414.959	-	126.824	973.241
Depreciação acumulada	-	-	(106.688)	(169.328)	-	(38.269)	(314.285)
Em 31 de dezembro de 2023	10.882	28.883	285.005	245.631	-	88.555	658.956
Em 01 de janeiro de 2024	10.882	28.883	285.005	245.631	-	88.555	658.956
Adição	3.257	-	14	105	-	384	3.760
Depreciação	-	-	(4.008)	(13.287)	-	(3.754)	(21.049)
Baixa	(1.045)	-	-	-	-	-	(1.045)
Reclassificação (i)	(1.484)	-	(95)	-	-	-	(1.579)
Transferência	(7.390)	-	7	2.308	-	5.075	-
Saldo contábil líquido	4.220	28.883	280.923	234.757	-	90.260	639.043
Custo	4.220	28.883	391.619	417.372	-	132.169	974.263
Depreciação acumulada	-	-	(110.696)	(182.615)	-	(41.909)	(335.220)
Em 31 de dezembro de 2024	4.220	28.883	280.923	234.757	-	90.260	639.043

(i) Reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consumo que, anteriormente, estavam alocados no imobilizado em andamento.

18 INTANGÍVEL

Política contábil

(a) Direito de autorização

Direito de autorização registrados nas controladas indiretas oriundos da repactuação da extensão do prazo de outorga ocorrido em 2021 e ativos identificados quando da aquisição das controladas indiretas pela Essentia PCHs (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I). Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.

(b) Direito de uso de concessão

Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica, mediante a exploração da PCH Afluente G, pelos prazos estabelecidos na outorga.

A Companhia reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Afluente G poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Consolidado				
	Direito da autorização	Direito de concessão (i)	Servidões	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	805.102	16.772	-	966	822.840
Adição	-	1.643	-	46	1.689
Cisão	(135.308)	-	-	-	(135.308)
Ajuste ágio aquisição	4.163	-	-	-	4.163
Amortização	(65.203)	(3.277)	(23)	(133)	(68.636)
Transferência	(3.853)	501	574	(121)	(2.899)
Saldo contábil líquido	604.901	15.639	551	758	621.849
Custo	721.371	34.168	692	6.056	762.287
Amortização acumulada	(116.470)	(18.529)	(141)	(5.298)	(140.438)
Saldo contábil líquido	604.901	15.639	551	758	621.849
Em 01 de janeiro de 2024	604.901	15.639	551	758	621.849
Adição	-	796	45	10	851
Cisão (ii)	(130.525)	-	-	-	(130.525)
Amortização	(37.492)	(3.754)	(29)	(217)	(41.492)
Reclassificação (iv)	-	(451)	-	-	(451)
Saldo contábil líquido	436.884	12.230	567	551	450.232
Custo	590.846	34.513	737	6.028	632.124
Amortização acumulada	(153.962)	(22.283)	(170)	(5.477)	(181.892)
Em 31 de dezembro de 2024	436.884	12.230	567	551	450.232

- (i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 15.
- (ii) Parcela cindida do valor de mais-valia alocada no consolidado como direito de autorização.
- (iii) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado.
- (iv) Reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consume que, anteriormente, estavam alocados no intangível.

19 FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	86	6	9.758	12.063
Compra de energia	-	-	1.180	4.095
Custo de transmissão	-	-	-	202
	86	6	10.938	16.360

20 DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Debêntures	-	419.712	398.336	542.359
(-) Custo de colocação debêntures	-	(1.493)	(4.804)	(7.216)
	-	418.219	393.531	535.143
Não circulante				
Debêntures	-	-	481.517	930.148
(-) Custo de colocação debêntures	-	-	(12.046)	(17.304)
	-	-	469.471	912.844
Total debêntures	-	418.219	863.002	1.447.987

Infraestrutura Brasil Holding Xvi S.A. e Controladas

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	3ª emissão Debêntures	190.000	22/06/2023	CDI + 2,60% a.a.	Bullet	Bullet	26/06/2024	Garantias Corporativa prestadas no âmbito do Revolving Credit Agreement celebrado inicialmente entre fundos geridos pelo Pátria.		204.891		204.891
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	1ª Nota Comercial Privada	200.000	22/06/2023	CDI + 1,70% a.a.	Bullet	Bullet	22/03/2024	(i) cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de Boletim de Subscrição.	0	214.820	0	214.820
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	1ª emissão Debêntures	440.000	28/06/2022	CDI + 3,05% a.a.	Anual	Bullet	28/06/2025	(i) cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada (ii) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia			285.857	384.252
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Semestral	Semestral	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia, (ii) cessão fiduciária de dividendos/receíveis da Companhia, (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras, e (iv) cessão fiduciária de dividendos/receíveis das Fiadoras			511.450	563.019
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série - R\$ 57.000 2ª Série - R\$ 38.000 3ª Série - R\$ 41.000 4ª Série - R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8,80% a.a.	Anual	Anual	1ª Série - 15/06/2027 2ª Série - 15/09/2026 3ª Série - 15/12/2026 4ª Série - 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.			82.546	105.524
								(-) Custo de Colocação de Dívidas		(1.493)	(16.850)	(24.520)
									0	418.219	863.002	1.447.987

Movimentação de Debêntures

	Controladora						
	Passivo circulante			Passivo não circulante			Total Geral
	Natureza			Natureza			
	(-) Custo de Colocação Debêntures	Total		(-) Custo de colocação debêntures	Total	Total Geral	
Movimentação	Debêntures			Debêntures			
Saldo em 01/01/2023	405.040	(694)	404.346	-	-	-	404.346
Ingresso	472.700	(3.785)	468.915	-	-	-	468.915
Provisão de juros	58.161	-	58.161	-	-	-	58.161
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.986	2.986	-	-	-	2.986
Liquidação do principal	(416.133)	-	(416.133)	-	-	-	(416.133)
Liquidação dos encargos	(17.170)	-	(17.170)	-	-	-	(17.170)
Cisão (i)	(82.886)	-	(82.886)	-	-	-	(82.886)
Saldo em 31/12/2023	419.712	(1.493)	418.219	-	-	-	418.219
Ingresso	107.523	-	107.523	-	-	-	107.523
Provisão de juros	15.257	-	15.257	-	-	-	15.257
Amortização de custos de emissão de dívida	-	1.493	1.493	-	-	-	1.493
Liquidação do principal	(390.000)	-	(390.000)	-	-	-	(390.000)
Liquidação dos encargos	(44.916)	-	(44.916)	-	-	-	(44.916)
Cisão (i)	(107.575)	-	(107.575)	-	-	-	(107.575)
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-

(i) Cisão parcial realizada em 12 de março de 2024 conforme NE 1.1.

	Consolidado						
	Passivo circulante			Passivo não circulante			
	Natureza			Natureza		Total Geral	
	(-) Custo de Colocação	Total	(-) Custo de colocação	Total	Total Geral		
Movimentação	Debêntures	Debêntures	Total	Debêntures	debêntures	Total	Total Geral
Saldo em 01/01/2023	524.091	(3.241)	520.850	1.091.827	(25.700)	1.066.127	1.586.977
Ingresso	569.000	(3.785)	565.215	-	-	-	565.215
Provisão de juros	216.601	-	216.601	-	-	-	216.601
Amortização de custos de emissão de dívida	-	8.437	8.437	-	-	-	8.437
Atualização monetária	5.835	-	5.835	-	-	-	5.835
Liquidação do principal	(567.366)	-	(567.366)	-	-	-	(567.366)
Liquidação dos encargos	(188.234)	-	(188.234)	-	-	-	(188.234)
Transferência/reclassificação	161.679	(8.627)	153.052	(161.679)	8.396	(153.283)	(231)
Cisão	(179.247)	-	(179.247)	-	-	-	(179.247)
Saldo em 31/12/2023	542.359	(7.216)	535.143	930.148	(17.304)	912.844	1.447.987
Ingresso	210.801	-	210.801	-	-	-	210.801
Provisão de juros	131.376	-	131.376	-	-	-	131.376
Amortização de custos de colocação de dívida	-	7.670	7.670	-	-	-	7.670
Atualização monetária	4.700	-	4.700	-	-	-	4.700
Liquidação do principal	(555.340)	-	(555.340)	-	-	-	(555.340)
Liquidação dos encargos	(173.283)	-	(173.283)	-	-	-	(173.283)
Cisão (i)	(210.909)	-	(210.909)	-	-	-	(210.909)
Transferência/reclassificação	448.631	(5.258)	443.373	(448.631)	5.258	(443.373)	-
Saldo em 31/12/2024	398.335	(4.804)	393.531	481.517	(12.046)	469.471	863.002

(i) Cisão parcial da Companhia e sua controlada realizada 12 de março de 2024, as debêntures privadas emitidas foram cindidas, conforme NE 1.1, item (a).

Debêntures emitidas por:

- A controlada indireta Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205
- Em 15 de outubro de 2021, a controlada indireta Essentia PCHs realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.
- A Companhia realizou em 21 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, com vencimento final em 10 de março de 2023 e montante total de R\$ 380.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Ambas as séries são remuneradas pela taxa DI + juros de 1,40% a.a. O seu vencimento foi prorrogado para 24 de abril de 2023 e posteriormente para 26 de junho de 2023. Em 12 de maio de 2023 foi realizada a amortização extraordinária da 1ª série, no valor total de R\$81.377. Seu saldo devedor restante foi quitado no vencimento.
- A controlada direta Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (IBH XVII) realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento final em 28 de junho de 2025 e montante total de R\$ 440.000. Os juros são devidos todo dia 28 do mês de junho de cada ano, e a amortização de principal se dá somente no vencimento. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Em 16 de maio de 2023 foi realizada a amortização extraordinária das debêntures, no valor total de R\$96.220. Em 19 de março de 2024 foi realizada nova amortização extraordinária das debêntures, no valor total de R\$98.939.
- A Companhia realizou em 09 de maio de 2023 a sua 2ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 01 de julho de 2023, montante total de R\$ 82.700 e remuneração pela taxa DI + juros de 1,40% a.a. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2023, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XXII.
- A controlada direta IBH XVII realizou em 12 de maio de 2023 a sua 2ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 01 de julho de 2025, montante total de R\$ 96.301 e remuneração pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2023, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XXIII.
- A Companhia realizou em 22 de junho de 2023 a sua 1ª emissão de notas comerciais, com vencimento final em 22 de março de 2024 e montante total de R\$ 200.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento, e a operação é remunerada pela taxa DI + juros de 1,70% a.a. Em 12 de março de 2024 foi realizado o resgate antecipado parcial das notas comerciais, no valor total de R\$55.023. Seu saldo devedor restante foi quitado no vencimento.

- A Companhia realizou em 22 de junho de 2023 a sua 3ª emissão de debêntures, com vencimento final em 26 de junho de 2024 e montante total de R\$ 190.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento, e a operação é remunerada pela taxa DI + juros de 2,60% a.a. Em 12 de março de 2024 e 25 de março de 2024 foram realizadas as amortizações extraordinárias das debêntures, no valor total de R\$52.500 e R\$56.000, respectivamente. Seu saldo devedor restante foi quitado no vencimento.
- A Companhia realizou em 08 de março de 2024 a sua 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 27 de junho de 2024, montante total de R\$ 107.523 e remuneração pela taxa DI + juros de 1,70% a.a.. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVI-A conforme NE 1.1.
- A controlada direta IBH XVII realizou em 08 de março de 2024 a sua 3ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 29 de junho de 2025, montante total de R\$ 103.278 e remuneração pela taxa DI + juros de 3,05% a.a.. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVII-A, conforme NE 1.1.

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pelas controladas contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas.

A controlada indireta Essentia PCHs está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Santa Cruz estão obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/(EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Administração possui controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados descumprimentos de covenants.

Composição por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	419.712	-	542.359
2025	-	-	398.336	450.767
2026	-	-	112.004	110.516
2027	-	-	108.326	107.469
2028	-	-	121.313	121.313
2029	-	-	139.874	140.083
	-	419.712	879.852	1.472.507

21 TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	-	3.001	3.962
ICMS a pagar	-	-	46	28
ISS a pagar	-	-	6	55
PIS e COFINS a pagar	2	2	1.147	2.455
Salários, provisões e encargos sociais	23	-	2.359	2.044
Outros	-	-	252	267
	25	2	6.811	8.811

22 PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Empresas	Natureza	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
		Ativo circulante	Ativo circulante
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A	Reembolso	58	-
Chapada Branca Holding S.A.	Contas a receber	118	-
		176	-
Total		176	-

Empresas	Natureza	Consolidado			
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
		Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Reembolso	3	1	-	-
Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso	331	-	-	-
		334	1	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A	Dividendos a pagar	-	21.918	-	7.393
PCH Administração e Participações	Dividendos a pagar	-	15.529	-	13.516
		-	37.447	-	20.909
Total		334	37.448	-	20.909

	Consolidado		Consolidado		
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		
Movimentação	Reembolso	Total	Custo compartilhado	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 01/01/2023	-	-	2.014	14.315	16.329
Ingresso	-	-	-	22.012	22.012
Liquidação	-	-	(2.014)	(15.418)	(17.432)
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	20.909	20.909
Ingresso	334	334	1	56.060	56.061
Liquidação	-	-	-	(39.522)	(39.522)
Saldo em 31/12/2024	334	334	1	37.447	37.448

Reembolsos relativos a gastos e a pagamentos realizados pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e pela Chapada Branca Holding S.A. durante o período de transição.

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 4.271 (R\$ 1.880 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia reconheceu despesas no montante de R\$ 16 referente ao programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinados a alta administração. Esse incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas.

23 PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA E PENALIDADE DE LASTRO DE ENERGIA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	43.643	38.635
	43.643	38.635

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

24 PROVISÃO PARA RISCOS

Política contábil

A Companhia está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo a Companhia considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, recolhimento de FGTS, férias, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária e regulatória movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, IRPJ, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, entre outros.

a) Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	7.180	6.118
Cíveis	4.284	3.747
Tributárias	5	871
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	(99)	(99)
(-) Depósitos judiciais - Cível	(1.042)	(1.042)
	10.328	9.595

b) Movimentação da provisão para riscos prováveis:

Movimentação	Consolidado					
	Natureza					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	Total
Saldo em 31/12/2022	6.214	3.566	-	(99)	(1.042)	8.639
Constituição	129	25	871	-	-	1.025
(-) Pagamentos		(250)	-	-	-	(250)
(-) Reversões	(1.087)	-	-	-	-	(1.087)
Atualização monetária	862	406	-	-	-	1.268
Saldo em 31/12/2023	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595
Constituição	2.419	2.546	4	-	-	4.969
(-) Pagamentos	(473)	(26)	(847)	-	-	(1.346)
(-) Reversões	(1.212)	(2.523)	(40)	-	-	(3.775)
Atualização monetária	320	548	17	-	-	885
Saldo em 31/12/2024	7.172	4.292	5	(99)	(1.042)	10.328

c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado				
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	-	13.640	13.640
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	8.333	8.333
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	6.835	-	-	-	6.835
Rio PCH I S.A.	14.636	780	-	129	15.545
Bahia PCH I S.A.	4.272	-	369	182	4.823
Essentia PCHs S.A.	-	128	-	2.537	2.665
Saldo em 31/12/2023	25.743	908	369	24.821	51.841
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	156	8.710	8.866
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.562	-	3.229	-	6.791
Rio PCH I S.A.	16.390	-	113	131	16.633
Bahia PCH I S.A.	4.787	26	1.181	195	6.189
Essentia PCHs S.A.	-	-	-	2.685	2.685
Saldo em 31/12/2024	24.739	26	4.678	11.721	41.165

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

(i) **Trabalhistas:** Reclamações Trabalhistas que tem por principais matérias: retificação de perfil profissiográfico, indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, recolhimento de FGTS, férias, diferenças salariais e participação nos lucros.

(ii) Tributárias: Processos judiciais e administrativos, que tem como matérias relevantes, utilização de recursos hídricos, ICMS, retenção na fonte de imposto incidente sobre rendimentos pagos ou creditados a título de JSCP e compensação de crédito de COFINS.

(iii) Ambientais:

- Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de Ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação;
- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;
- 2 ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.
- Autos de Infração por descumprimento de condicionantes de licenças de operações;
- Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

(iv) Cíveis: Ações de constituição de servidão administrativa, reintegração de posse e desapropriação para construção de empreendimento.

Principais movimentações:

Na controlada indireta, Goiás Sul Geração de Energia S.A, houve o trânsito em julgado do acórdão de apelação de uma das Ações Civis Públicas (ambiental) e o processo aguarda prosseguimento do feito para arquivamento. Adicionalmente a Goiás Sul Geração de Energia S.A. é parte em ação movida por Afrânio Rosa, que alega prejuízos devido à implementação de uma PCH em 2008. O prognóstico de perda foi revisado de remoto para possível, e o processo segue em andamento.

Em razão da adesão da Santa Cruz ao Programa de Regularização Fiscal lançado pelo Estado de Goiás, por meio do qual houve a concessão de desconto de 99% nos juros e multa dos tributos devidos ou que estão em discussão (Lei nº 22.572/2024) e da realização dos respectivos pagamentos em 29/07/2024, o procedimento administrativo nº 4.01.11.034331-36 e a Execução Fiscal nº 5702451-90.2023.8.09.0145 perderam o seu objeto, razão pela qual foi dada a baixa nos importes que estavam em discussão.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 887.123 (R\$ 1.059.990 em 31 de dezembro 2023), dividido em 887.143.257 (1.059.990.400 em 31 de dezembro 2023) ações, estando a quantia de R\$ 343.427 (R\$ 19.437 em 31 de dezembro 2023) correspondente a 343.426.949 (19.436.929 em 31 de dezembro 2023) ações totalmente subscritas e integralizadas e a quantia de R\$ 543.696 correspondente a 543.696.307 ações a serem integralizadas.

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Acionistas						
FIP IV	100%	887.143.257	343.427	100%	1.059.990.400	19.437
	100%	887.143.257	343.427	100%	1.059.990.400	19.437

Em função da cisão ocorrida em 12 de março de 2024, conforme Nota Explicativa 1.1, o capital social da Companhia foi reduzido em 10 mil ações. Além disso, em 16 de agosto de 2024 por meio da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 172.857. Desse modo, o capital social subscrito da Companhia passa de R\$ 1.059.990 para R\$ 887.123.

Em 20 de março e 19 de junho de 2024, a Companhia realizou integralização de capital no montante total de, respectivamente, R\$ 222.000 e R\$ 102.000.

(b) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	28.919	(110.669)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	788.912	952.542
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações	<u>0,0367</u>	<u>(0,1162)</u>

26 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos de concessão e pesquisa e desenvolvimento P&D. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia hidroelétrica de longo prazo com duração média de 30 anos, firmados com distribuidoras de energia, além de contratos de fornecimento de energia elétrica e vapor, provenientes de plantas de cogeração, cujas condições foram acordadas livremente com indústrias diversas também no longo prazo com duração média 20 anos, sujeitos a renovação.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida		
Receita com energia	347.028	340.768
(-) Impostos sobre vendas	(12.695)	(12.194)
(-) Encargos sobre concessão	(1.583)	(1.582)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(475)	(513)
	332.275	326.479

27 CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	42.381	41.842
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	8.002	7.893
Custo de operação (b)	67.101	60.446
	117.485	110.182

(a) Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda (i)	37.900	36.831
Custo de liquidação CCEE	4.481	5.011
	42.381	41.842

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física, das usinas Afluente G.

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	7.427	6.482
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	22.002	16.399
Depreciações e amortizações - direito de uso	216	357
Depreciações e amortizações	37.457	37.208
	67.101	60.446

28 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	24	-
Serviços de terceiros	324	165
Despesas tributárias	1	-
Outras despesas operacionais	25	23
	374	188

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	4.121	4.008
Serviços de terceiros	3.391	5.101
Aluguéis	11	(22)
Seguros	3.715	3.856
Despesas tributárias	23	35
Outras despesas (receitas) operacionais	1.470	(7)
Depreciações e amortizações	24.868	52.668
	37.601	65.639

29 RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais, taxas, tarifas e multas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	(15.257)	(58.161)	(131.376)	(216.601)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(1.493)	(2.986)	(7.670)	(8.437)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(4.700)	(5.835)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia (i)	-	-	(3.487)	1.935
Atualização financeira direito de uso	-	-	(41)	(37)
Outras despesas financeiras	(52)	(594)	(1.596)	(1.761)
	(16.802)	(61.741)	(148.870)	(230.736)
Total das despesas financeiras	(16.802)	(61.741)	(148.870)	(230.736)
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	429	1.186	11.477	13.100
Atualização ativo financeiro	-	-	970	897
Outras receitas	32	13	965	1.702
	461	1.199	13.412	15.699
Total das receitas financeiras	461	1.199	13.412	15.699
Resultado financeiro	(16.341)	(60.542)	(135.458)	(215.037)

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu a atualização monetária referente a penalidade de lastro de energia.

30 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	28.919	(110.669)	97.653	(64.379)
Aliquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(9.832)	37.627	(33.202)	21.889
Despesas permanentes não dedutíveis	2	-	299	-
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(5.686)	(20.648)	(28.218)	(60.905)
Resultado de equivalência patrimonial	15.516	(16.979)	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	47.880	25.911
Encargo fiscal	-	-	(13.241)	(13.105)
Corrente	-	-	(13.241)	(13.105)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(13.241)	(13.105)

Em 31 de dezembro de 2024 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado no montante de R\$ 5.686, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

31 COMPROMISSOS

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contrato de compra de energia (i)	17.669	24.009	-	41.678
	17.669	24.009	-	41.678

(i) Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela redução da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

32 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes no montante de R\$ 1.643.754, (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 60.000 também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2025, a Controlada indireta Essentia PCHs S.A firmou contrato da 4ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 750.000 com vencimento final em 25 de março de 2032, a serem pagas em 14 parcelas semestrais e consecutivas, em todo dia 25 (vinte e cinco) dos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2025, corrigidas pela variação do CDI + spread de até 1,50% a.a a ser definida no procedimento de Bookbuilding no final de março de 2025.

Os recursos líquidos captados na emissão das debêntures serão utilizados pelo Grupo para a liquidação antecipada da 3ª emissão de debêntures da Companhia e a 1ª emissão de debêntures da Santa Cruz. Os recursos remanescentes serão utilizados para distribuição (ou qualquer outra forma de distribuição de resultados e/ou recursos) aos acionistas ou ao reforço de caixa.

* * *

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A (“Companhia” ou “IBH XVI”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia

A IBH XVI é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a sociedade Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., Essentia PCH S.A. e suas controladas (em conjunto, as “PCHs”).

As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW.

Governança corporativa

A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Responsabilidade ambiental e social

A IBH XVI vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVI, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos.

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024.

A Administração